

Sem democracia não há futuro para Moçambique **Pág. 18**

Samito distancia-se dos Pilatos da Frelimo



Receba o jornal

no seu WhatsApp ou E-mail.

Procedimento de Pagamento

- 1 Digita *150#;
- 2 Escolha a opção 6. Pagamentos;
- 3 Escolha a opção 7. Digita o código do serviço;
- 4 Digita 901647 (código de serviço);
- 5 Digita a referência (PpP);
- 6 Digita o valor a pagar (70MT);
- 7 Digita o teu PIN;
- 8 Confirma a transação.

Entidade: Pangolim Multimedia Lda

Tentativa de inviabilizar repetição de eleições em Nhlamankulu

Conselho Constitucional “manda passear” CNE



Pág. 09

Págs 12 e 13

Limitações expõem habilidades de profissionais do HCM

Ortopedistas readaptam berbequim ao serviço de cirurgias

Abertura da VIII Sessão Ordinária da Assembleia da República

Esperança Bias ignora assassinato de adolescente em Chiúre

No seu discurso de abertura da VIII Sessão Ordinária da Assembleia da República, que decorre de 19 de Outubro a 21 de Dezembro, a Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, não condenou a violência policial que tem estado a marcar o processo eleitoral, desde o dia da votação.

Dionildo Tamele

Bias apenas lamentou os actos que levaram a ferimentos de alguns cidadãos, ignorando completamente o assassinato a tiro de pessoas indefesas, pela Polícia da República de Moçambique (PRM).

Um dos assassinatos ocorreu em Chiúre, uma das autarquias de Cabo Delgado, província onde Esperança Bias trabalhou durante as eleições como chefe da Brigada Central do partido Frelimo.

No dia 12 de Outubro, a PRM matou a tiro um adolescente de 16 anos, que estava na caravana da Renamo que reclamava vitória naquela autarquia.

Mais tarde, as autoridades policiais em Cabo Delgado confirmaram o assassinato e disseram que o tiro foi acidental, mas não explicaram a razão de uso de armas de guerra para conter as massas.

Esta ocorrência, que configura violação injustificada do direito à vida, não foi lamentada, muito menos condenada por Esperança Bias, quer como chefe da Brigada Central da Frelimo em Cabo Delgado, quer como Presidente da Assembleia da República.



"Faço um balanço positivo das eleições na província de Cabo Delgado. Ganhamos em todos os municípios. Foi sete a zero", disse Esperança Bias, na qualidade de membro da Comissão Política da Frelimo. E como Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias disse que a votação foi caracterizada por um "ambiente de

“

No dia 12 de Outubro, a PRM matou a tiro um adolescente de 16 anos, que estava na caravana da Renamo que reclamava vitória naquela autarquia.

calma e tranquilidade", ignorando todo o caos que marcou a longa noite eleitoral em muitas autarquias.

Além da batalha judicial e das marchas, a Renamo decidiu boicotar os trabalhos da VIII Sessão Ordinária da Assembleia da República.

O maior partido da oposição não compareceu à sessão de abertura e diz que o boicote vai prevalecer enquanto não for reposta a "verdade eleitoral".

"A bancada parlamentar da Renamo não concorda, repudia e não aceita os resultados das eleições autárquicas. No dia da abertura desta sessão na Assembleia da República, a bancada da Renamo não se fez presente. O regresso vai depender do partido Frelimo e da reposição da verdade eleitoral", disse José Manteigas, porta-voz da Renamo.

Segundo José Manteigas, o seu partido está a investir em outras formas de protesto contra os resultados anunciados pelos órgãos eleitorais, que atribuem vitória à Frelimo em 64 autarquias, deixando apenas a Beira nas mãos da oposição.

A Renamo obteve 51% dos votos em Quelimane

contra 40% da Frelimo, de acordo com uma contagem paralela efectuada pelo consórcio de observadores da Sociedade Civil, Mais Integridade.

Isto vai directamente contra o resultado oficial da Comissão Distrital Eleitoral, que deu à Frelimo 50% e à Renamo 44%.

Como em muitos outros lugares, parece que os editais verdadeiros foram substituídos por editais falsos para dar à Frelimo uma falsa vitória.

Os editais são afixados nas portas das assembleias de voto após a contagem e os observadores conseguiram registar os editais de 160 das 169 assembleias de voto (95%). A contagem paralela dos editais verdadeiros deu à Renamo 34.542 votos contra 28.483 da Frelimo, uma diferença de 6059 votos.

A Renamo reivindica vitória em cerca de 10 autarquias, com destaque para a capital Maputo, Matola, Quelimane e Nampula.

Por sua vez, o chefe da bancada parlamentar da Frelimo, Sérgio Pantie, disse que a vitória do seu partido nas autárquicas de 11 de Outubro foi fruto do trabalho feito durante a campanha e agradeceu o "voto de confiança" depositado pelos munícipes. (PpP)

Governo retira concessão à companhia de exploração do Oleoduto Beira-Zimbabwe

O Conselho de Ministros, reunido esta terça-feira, anulou a concessão à companhia do Pipeline Moçambique-Zimbabwe (CPMZ), responsável pela exploração do Oleoduto Beira-Zimbabwe.

De acordo com o porta-voz do Governo, Filimão Suazi, o Conselho de Ministros revogou a concessão à Companhia do Pipeline Moçambique-Zimbabwe (CPMZ), empresa gestora do oleoduto que transporta combustíveis do Porto da Beira ao Zimbabwe, e respectivos benefícios, para permitir a estabilidade dos investimentos em curso, atribuindo poderes aos ministros que superintendem as áreas das Finanças, dos Recursos Minerais e Energia e dos Transportes e Comunicações, para aprovar os mecanismos necessários com vista a assegurar a continuidade da exploração do Oleoduto Beira-Zimbabwe, sem prejuízo das competências próprias de outros órgãos.

O recuo da decisão do Governo surge depois do ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus



Magala, anunciar que o país está a trabalhar para a expansão da sua capacidade logística de transporte de combustíveis para atender à crescente demanda destes produtos por parte dos países do hiterland.

Trata-se de uma decisão que na altura acontecia na sequência da orientação saída do encontro entre os Chefes de Estado de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e da Zâmbia,

Hakainde Hichilema, a 4 de Abril passado, durante o qual a República da Zâmbia apresentou a necessidade de melhoria da logística do transporte dos combustíveis importados a partir dos portos moçambicanos.

Ainda na mesma sessão, o Governo aprovou o decreto que classifica o edifício do Mercado Central de Maputo como Património Cultural de Classe B, localizado no Bairro Central

“C”, Distrito Municipal KaMpfumo, na cidade de Maputo, e cria a respectiva zona de protecção.

O Mercado Central é propriedade do Estado, sendo seu depositário o Conselho Municipal da Cidade de Maputo. A sua classificação visa garantir a protecção adequada e conservação do imóvel contra a destruição ou alterações não autorizadas, preservar e conservar os

valores arquitectónicos associados ao imóvel, garantir a integridade dos objectos ou estruturas específicas que conferem valor especial ao imóvel.

Na mesma sessão, o Governo aprovou o decreto que classifica o Edifício Casa de Ferro como Património Cultural de Classe A, localizado no Bairro Central “C”, Distrito Municipal KaMpfumo, na cidade de Maputo, e cria a respectiva zona de protecção.

A Casa de Ferro é propriedade do Estado, sendo seu depositário o ministério que superintende a área da cultura. A sua classificação visa garantir a sua protecção adequada, conservação, gestão sustentável, a manutenção da sua integridade e valores associados, assegurando a sua perenidade e sua transmissão entre as actuais e futuras gerações. (PpP)

PUB



Camisola com gola alta, manga comprida com Bordado AT dourado.

Preço 5,000.00 MZN

Contacto:
840408980

Gorros
1,000.00



DESTAQUES



É preciso que revejam com responsabilidade e justiça todo o processo de apuramento dos resultados

País caminha no fio da navalha

A Igreja Católica de Moçambique alertou na última quinta-feira, 19, para o risco de alargamento do foco de violência um pouco por todo o país, caso não sejam devidamente resolvidos os problemas resultantes das divergências geradas pelos resultados provisórios das eleições autárquicas de 11 de Outubro, nas 65 autarquias.

Práticas que atentam contra o actual processo eleitoral foram tantas que levaram a Ordem dos Advogados de Moçambique, semana passada, a pedir a demissão dos membros da CNE.

Em nota pastoral, a liderança católica juntou a sua voz ao resto da Sociedade Ci-

vil e fez críticas à forma como o processo eleitoral decorreu.

“Nós vimos elementos alarmantes neste processo, desde ilícitos e irregularidades, uns mais graves que outros, e que a estas alturas do nosso histórico de eleições já devíamos ter ultrapassado”, disse Dom João Carlos, porta-voz da comunidade católica.

O Bispo acrescentou que o

país está a caminhar no fio da navalha devido à desconfiança que os resultados até aqui divulgados estão a suscitar, uma situação de instabilidade e de contínua tensão social, por isso deixou apelos, sobretudo aos órgãos eleitorais, para que tenham coragem de decidir em função daquilo que foi, efectivamente, a vontade popular. (PpP)



PUB



As melhores taxas do mercado e **sem burocracias**

Elite Flash

até 20.000 Mtn

REQUISITOS

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (BI/ CARTA DE CONDUÇÃO/ PASSAPORTE);
NUIT
PROVA DE RESIDÊNCIA;
EXTRACTO (2 MESES)
GARANTIA
TAXA DE JURO 20%

Elite Corporate

até 500.000 Mtn

REQUISITOS

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (BI/ CARTA DE CONDUÇÃO/ PASSAPORTE);
NUIT
DECLARAÇÃO DO BAIRRO;
RECIBO DE SALÁRIOS ATÉ 3 MESES
EXTRACTO ATÉ 3 MESES
CÓPIA DO CONTRATO
GARANTIA
AVALISTA
TAXA DE JURO 20%

Elite Business

até 500.000 Mtn

REQUISITOS

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (BI/ CARTA DE CONDUÇÃO/ PASSAPORTE);
ALVARÁ OU LICENÇA,
DOCUMENTOS MERCANTIS (RECIBOS, FACTURAS, FACTURAÇÃO, STOCK)
GARANTIA
AVALISTA
TAXA DE JURO 20%

Para mais informações

(+258) 87 363 5203
(+258) 84 416 6475

elitemicrocredito_mz
 info@elitemicrocredito.co.mz



Moçambique - Maputo,
Rua da Amizade, N.º 41,
Forty - One Business Center



O HCM reconhece os prejuízos que a paralisação poderá causar no funcionamento do hospital e diz estar em busca de soluções internas

A partir do dia 1 de Novembro

Médicos-residentes do HCM ameaçam paralisar actividades extraordinárias

Os médicos-residentes do Hospital Central de Maputo (HCM) ameaçam paralisar as actividades extraordinárias, a partir do dia 1 de Novembro próximo, mas o director da maior unidade sanitária do país, Mouzinho Saíde, garante que as partes estão a procurar soluções junto das autoridades responsáveis.

Dionildo Tamele

Através de uma carta direccionada ao Hospital Central de Maputo, os médicos-residentes queixaram-se do facto de não estarem a receber o pagamento referente aos serviços prestados fora do horário normal de expediente, assim como nos feriados e finais de semana, há nove meses.

Falando aos meios de comunicação social, Mouzinho Saíde reconheceu tal facto, mas avançou que o imbróglgio está a ser resolvido pelas autoridades competentes.

Refira-se que na carta em nossa posse os profissionais de “bata branca” reclamam do desgaste físico e psicológico, bem como dos custos de deslocação para execução das referidas actividades. Os médicos anunciaram no mesmo documento que até se reuniram entre eles, por duas vezes, mas não encontraram solução possível.

Na referida missiva, os médicos avançam que decidiram por unanimidade



declarar a indisponibilidade dos residentes para actividades fora do horário normal do expediente, nos feriados e finais de semana (rondas, urgências e outras actividades pertinentes neste período), a partir das zero horas do dia 1 de Novembro de 2023.

Refira-se que um mé-

dico-residente é aquele que está num período de especialização numa determinada área de medicina, actuando num hospital ou instituição de saúde. “Não é um assunto do HCM, é um assunto que está a ser discutido, por isso ainda não tem solução. Quando tivermos resultado vocês

saberão”, disse Mouzinho Saíde, falando à imprensa.

Não se sabe ao todo quantos profissionais estão envolvidos, mas uma fonte próxima ao HCM garantiu que a paralisação das actividades extraordinárias será feita por vários médicos, de diferentes especialidades.

O HCM reconhece os prejuízos que a paralisação poderá causar no funcionamento do hospital e diz estar em busca de soluções internas.

Num outro desenvolvimento, o director do Hospital Central de Maputo disse que nestas épocas que se aproximam os serviços de urgência daquela unidade hospitalar têm estado a registar muita procura por parte dos utentes, avançando ainda que a maior unidade sanitária do país continua a ressentir-se da falta de sangue, tendo reiterado a necessidade de se reforçar os cuidados com a saúde nesta época quente. (PpP)



FIGHA TÉCNICA**ADMINISTRADORA**

Esmeralda do Amaral
E-mail: esmelifania2002@gmail.com
Cel: (+258) 87 457 6070 / (+258) 82 457 6070

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Esmeralda do Amaral
João Chamusse
Joaquim Matavel

DIRECTOR EDITORIAL

João Chamusse
E-mail: jchamusse@yahoo.com.br
Cel: (+258) 82 820 5558 / (+258) 84 558 7626

REDACÇÃO

João Chamusse, Alexandre Luís, João Matusse, Luís Cumbe, Dionildo Tamele e Dávio David

COLUNISTAS

Joaquim Matavel, Luís Nhachote, Bayano Valy, Francisco Rodolfo e MP Bonde

FOTOGRAFIA

Ivan Gonçalves

REVISÃO

EP

GRAFISMO

Magalatchombe

DISTRIBUIÇÃO E EXPANSÃO

Lorindo Bicicleta
Cel: (+258) 84 055 1665

PUBLICIDADE E ASSINATURAS

Cel: (+258) 87 457 6070 / (+258) 84 269 8181
E-mail 1: jornalpontoporpono@gmail.com
E-mail 2: esmelifania2002@gmail.com

CONTABILIDADE

Severino Wamba
Cel: (+258) 85 262 2158

PROPRIEDADE

PANGOLIM MULTIMEDIA, LDA
Av. 25 de Setembro, nº 1676, 1º andar, porta 7
Maputo Moçambique
Telefone (+258) 21 092 270

REGISTO

06/GABINFO-DEPC/2020

IMPRESSÃO

Sociedade de Notícias, SA

Bote Do Milhafre

Por João Chamusse
(jchamusse@yahoo.com.br)

Uma mão lava outra!

Esta semana estive a escutar conversas gravadas entre mandatários de listas da oposição com o pessoal do STAE/CNE, para efeitos de credenciação de seus fiscais, e pelo tom nota-se a criação de obstáculos de vária ordem com vista a dificultar a acção fiscalizadora da oposição ao processo.

Acompanhei casos em que as iniciais credenciais emitidas pelo STAE/CNE não continham o número de mesa, entretanto, chegados aos locais de votação, tal documento não era aceite e aos fiscais da oposição era vedado o acesso à sala. Era na senda de regularizar esta situação que começava a saga dos mandatários, contactando as chefias do STAE/CNE que se faziam de despercebidos do assunto em questão. Só passado por algum tempo de tanta complicação é que a solução acabava por acontecer, entretanto, já fora da hora, para além de gastos em telefone e, em casos mais graves, em transporte.

Afinal o STAE/CNE age a mando de que comando?

Certamente quem não age obedecendo a autoridade do Estado, quando não oferece oportunidades iguais a todos os concorrentes, contribuindo desse modo para que as eleições não tenham integridade e justiça quanto a vontade dos eleitores.

Depois disto vinha a segunda parte do filme, já no período de apuramento dos resultados. Desta vez entra a PRM (Polícia da República de Moçambique).

A estratégia foi sempre provocar um incidente ou desentendimento entre os fiscais da oposição e a mesa, derivado de procedimentos inerentes ao processo.

Sem esclarecer a reivindicação dos fiscais da oposição, aproveitando-se do ambiente de disputa ou discussão ora criado, o presidente da mesa solicita a presença da Polí-

cia, que acto contínuo se faz dentro da sala. O presidente da mesa indica aos agentes a pessoa considerada de perturbadora dos trabalhos para que seja obrigado a retirar-se da sala. Sem mais, os agentes caem em cima dos visados, por vezes em cenas humilhantes, tal como se viu no apuramento distrital da Matola. Fiscais e outros elementos da oposição aparecem nessas imagens a serem trucidados por agentes em número superior e armados. No fim são escorraçados para o exterior da sala, e, finalmente, na sala ficam os mesmos que a partir daí ficam a manipular os dados, como nos mostram as imagens nas redes sociais.

E qual foi a consequência de tudo isso?

Aos olhos do povo ficou claro que os fiscais foram escorraçados para não acompanharem o processo, o que fez com que a tendência dos números, dia seguinte após a sua expulsão, aparecessem trocados e dando vitória aos camaradas.

A bola agora está nas mãos da Comissão Nacional de Eleições, que no mínimo, para salvar a honra do convento, deve procurar fazer de tudo para que a verdade seja ela a reinar. Fora isso, se aos olhos do povo ficar a imagem de que a CNE não terá agido com justiça, então será o fim da direcção desse órgão, sobretudo na pessoa do seu presidente, Dom Carlos Matsinhe, Bispo da Igreja Anglicana.

Aliás, em comunicado a Igreja distancia-se daquilo que está a acontecer no processo eleitoral, entretanto, à semelhança de tantos outros actores sociais, apela também para que a CNE faça um apuramento que reflecta a vontade do povo.

De resto anda todo mundo cansado com conflitos pós-eleitorais que sempre têm prejudicado a vida dos moçambicanos após os processos de votação. A Luta Continua!

Editorial

Festa com gás lacrimogénio?

Pouco eco tem sido dado aos casos de envolvidos em má conduta eleitoral, quanto a vertente responsabilização.

É compreensível que por estes dias as atenções estejam mais viradas para o contencioso eleitoral em si, entretanto, há práticas cuja conduta ultrapassa a situação de ilícito eleitoral e vai desaguar numa conduta meramente criminal.

É que há casos, como por exemplo a confissão do director do STAE distrital de Nlhamankulu, que perante o tribunal local afirmou ter sido subornado por 500 mil meticais para adulterar o apuramento eleitoral a favor do partido Frelimo, em desfavor da Renamo.

Como se pode facilmente ver, temos aqui um caso que se divide em dois. O primeiro referente a manipulação em si, cujo regime sancionatório está previsto na legislação eleitoral.

Entretanto, há o segundo que se refere ao suborno, no caso recebido pelo director do STAE de Nlhamankulu. Fica claro que esta matéria enquadra-se na legislação comum de combate contra a corrupção.

Portanto, por mais que se venha concertar aquilo que ficou estragado como resultado da má conduta de muitos, urge uma

maior intervenção do Ministério Público com vista a responsabilização dos seus autores, para que venham a constituir um exemplo vivo, para que todos fiquem a saber qual é o peso ou o preço que se paga com esse tipo de actos.

Fruto de tantos actos ilícitos exibidos e ainda existentes ao vivo, sobretudo nas redes sociais, várias são as pessoas que deveriam estar a ser demandados pelo Ministério Público para a sua responsabilização pela justiça.

Eventualmente essas pessoas que se envolveram na manipulação dos resultados não tenham olhado para Moçambique como sendo o primeiro e o final objectivo de cada um de nós, filhos desta terra.

Pessoas de bem estão envergonhadas com o rumo que leva este processo eleitoral, que cinicamente diz-se ser momento de festa.

Festa com gás lacrimogénio? Era o que nos faltava!

Não é só a vergonha que cobre a imagem de Moçambique, mas também todo esse barulho daqui resultante tem o condão de abafar o seu crescimento e o próprio desenvolvimento económico.

Quem no seu perfeito juízo gosta de investir num local onde há barulho e o papel das instituições públicas pervertido? Ex-

istindo, porém, não são muitos!

Muitos dos munícipes sofreram os impactos da paralisação económica que resultou da pandemia da Covid-19, e boa parte até hoje não conseguiu mais desenvolver os seus negócios.

A economia das famílias urbanas anda muito apertada devido a falta de dinheiro, sobretudo no sector público. O Aparelho de Estado emprega uma importante fatia na percentagem da população urbana, de maneira que, quando neste sector há falta de salários, muitos negócios que alimentam o mercado informal sofrem um grande choque negativamente.

O mercado informal é que garante a vida e relações comerciais entre pessoas de média/baixa renda. É por aqui que circula o dinheiro, muitas vezes em movimento de fecho de contas resultante da dívida mensal fruto dos sucessivos créditos ao longo do mês.

Basta não haver salário na Função Pública corta-se um importante fluxo do dinheiro, e tudo em cadeia desaba e a fome toma conta de todos.

Será que os envolvidos na fraude tomaram em consideração todos esses aspectos? Certamente que não. Olharam, sim, para os seus estômagos. (PpP)



PSICODIALOGAR

Joaquim Matavel

jmatavel@gmail.com

Fracasso: Como evitar e atingir metas

Pode ser que não possamos evitar totalmente, mas uma parte podemos. Para tal, é importante cultivar hábitos no dia-a-dia que nos ajudam a não fracassar, ou seja, aqueles que contribuem para o nosso crescimento pessoal e profissional. Logo, antes de culpar a falta de sorte para justificar um fracasso descubra que é possível evitá-lo através de alguns hábitos, como por exemplo:

1. Organização: Inclui a planificação e o estabelecimento de prioridades e metas. Tenha o hábito de elaborar uma lista de tarefas e ir riscando-as conforme termina cada uma. Além de ser prazeroso marcar as tarefas cumpridas, isso irá ajudá-lo a organizar o seu dia.

2. Relaxamento: Relaxar é um dos hábitos mais citados pelas pessoas de sucesso. A respiração correcta também

é importante. Buscar técnicas de relaxamento pode ser uma excelente forma de evitar o fracasso, pois isso ajudará a controlar a ansiedade e a estar preparado para os desafios do dia-a-dia.

3. Acção: Organizar, planear e definir prioridades é fundamental, mas sem acção um plano não significa nada! É apenas algo em potencial, que pode ou não dar certo.

4. Cuidado pessoal: Cuidados pessoais como dieta, exercícios físicos e higiene fazem parte da receita das pessoas bem sucedidas. Determine a sua rotina de cuidados pessoais e cumprá-la, sendo ela simples ou complexa.

5. Atitude positiva: Ter uma atitude positiva não é apenas o resultado de ser bem sucedido, mas uma das principais causas do sucesso. A gratidão e as afirmações positivas são prioridades na vida dos que desejam evitar o fracasso.

6. Identificação de valores: Encontrar os teus valores pode parecer um pouco estranho quando se trata de sucesso, mas criar metas que estejam alinhadas com os teus valores é essencial para criar motivação. Reflita sobre os teus valores e ética.

7. Definição de prioridades: Priorize as tarefas que tens à tua frente, visto que, ao focar no que é mais importante, estarás a fazer um progresso em direcção ao teu objectivo. Lembra-se também de que concluir a tarefa mais difícil primeiro é uma maneira infalível de aumentar a produtividade.

8. Assumir o risco do fracasso: Saia da tua zona de conforto. Esse é o melhor jeito de aprender e também a melhor maneira de progredir rapidamente. Esforce-se para ser corajoso e dê o próximo passo.

9. Perseverança: O fracasso pode ser inevitável quando corres riscos, mas é isso que fa-

rás se quiseres ter êxito em alguma área da vida. Pense no que almejas e visualize a tua vitória. Se o fracasso vier, persevere e elabore um novo plano.

10. Reflexão: Dedique algum tempo todos os dias para reflectir sobre a tua vida, tua carreira, objectivos e progressos alcançados até agora. Busque constantemente respostas e crie novas indagações, sempre procurando maneiras de melhorar.

11. Aprendizado: Nunca pare de aprender. Procure entender o que todo mundo está a fazer, e o que todos fizeram e como eles fizeram. Nunca ache que não tens nada a aprender com os outros.

12. Controlo financeiro: Ainda que acredites que não seja necessário, criar o hábito de visitar teus gastos mensais vale a pena. Decidir se há uma maneira melhor de distribuí-los para o próximo mês é

uma coisa importante a se fazer se quiseres minimizar as chances de fracasso.

13. Desafios: Sempre há espaço para crescimento e desenvolvimento pessoal, já que ser bem sucedido e alcançar novos objectivos significa seguir em frente e sempre aprender com situações novas.

14. Exercícios físicos e disciplina: Comprovadamente melhoram a tua mente, tua saúde e felicidade, além de ensinar a ter mais disciplina e foco. Mesmo que não tenha tempo de frequentar um ginásio, comece com pequenas mudanças: uma caminhada de 20 minutos todos os dias pode fazer maravilhas!

15. Rotina matinal: As manhãs são poderosas! Crie tua rotina matinal. Seja lá o que decides, a chave é manter essa rotina consistente. Ou seja, faça da tua rotina matinal algo que possas transformar num hábito que o engrandecerá.

Fraude eleitoral da Frelimo, STAE e CNE em Nhlamankulu

Conselho Constitucional “manda passear” CNE

O Conselho Constitucional de Moçambique (CC) chumbou nesta terça-feira o recurso do presidente da Comissão Distrital de Eleições de Nhlamankulu, Cassiano da Silva, que pretendia invalidar a decisão do Tribunal Judicial daquele distrito municipal de mandar realizar novas eleições naquela parcela do país.

Dávio David

Refira-se que o Tribunal Judicial do Distrito Municipal de Nhlamankulu concluiu que, de facto, houve fraude eleitoral naquele distrito municipal, a favor do partido Frelimo, invocando vícios que afectam a liberdade e transparência do referido processo eleitoral.

Nesta senda, o mesmo Tribunal mandou repetir todos os actos eleitorais que foram realizados nas 64 mesas de assembleia de voto, bem como declarou nulo o apuramento intermédio da Comissão Distrital de Eleições de Nhlamankulu, realizado no dia 13 de Outubro do ano corrente.

Para o arrepio da moral pública, a CNE, através da sua Comissão Distrital de Eleições (CDE) de



Nhlamankulu, não se sabe com que carga de água, decidiu recorrer da decisão, mas desta vez ao CC.

Na sua fundamentação, o respectivo presidente da Comissão Distrital, Cassiano da Silva, alega que a decisão do Tribunal Judicial do Distrito Mu-

nicipal de Nhlamankulu deve ser considerada nula.

A justificação da CDE é de que o recurso de contencioso eleitoral submetido pela Renamo naquele Tribunal peca por falta da causa de pedir e que os documentos juntados pela Renamo não

têm força probatória plena, porque o queixoso, nesse caso, apresentou como provas simples fotocópias não autenticadas.

Conselho Constitucional “manda passear” CNE

Chamado a intervir, o

Conselho Constitucional (CC), reunido através do seu colectivo de juízes, decidiu nesta terça-feira “mandar passear” o recurso da Comissão Distrital de Eleições de Nhlamankulu.

No entender do CC, há questões prévias que a Comissão Distrital de Eleições de Nhlamankulu não tomou em consideração, a principal de todas é como o Tribunal Judicial do Distrito Municipal ordenou a repetição dos actos eleitorais, nomeadamente nas 64 assembleias de voto; o procedimento a ser executado pela Comissão Distrital de Eleições “não pode fazer carreira que seja este órgão a recorrer, pois estaria a colocar-se ao lado de todos os concorrentes às eleições aos quais a decisão prejudica e contra aquele a quem a decisão aproveita, quebrando a sua independência, imparcialidade e transparência”.

PUB



Disponível nas bancas todas quintas-feiras

Assinaturas E-mail: esmelifania2002@gmail.com

Cel: (+258) 87 45 76 070 / (+258) 82 45 76 070/ Fixo: 21 09 22 70



O que nós estamos a pedir são os votos que foram subtraídos do MDM e foram postos a favor da Frelimo” – mandatário do Movimento Democrático de Moçambique

Discrepâncias nos resultados da Beira

Nove por cento de votos retirados do MDM para a Frelimo

O Movimento Democrático de Moçambique anunciou esta terça-feira, na capital do país, que interpôs um recurso junto ao Conselho Constitucional devido a uma discrepância nos resultados anunciados pela Comissão Distrital de Eleições, na cidade da Beira, província de Sofala.

Dionildo Tamele

O mandatário do Movimento Democrático de Moçambique na província de Sofala, Domingos de Albuquerque, que falava esta terça-feira em conferência de imprensa, na cidade de Maputo, afirma que os resultados anunciados pela Comissão Distrital de Eleições dão conta de que o MDM obteve 58 por cento de votos e a Frelimo 37 por cento.

Entretanto, segundo o mandatário, os resultados das actas de apuramento indicam que o MDM atingiu 67 por cento de votos e a Frelimo obteve 28 por cento, “daí que não concordamos com os resultados anunciados pela Comissão Distrital de Eleições”.

Esta organização política reafirma que venceu as eleições autárquicas na cidade da Beira, mas não com a percentagem dada a conhecer pela Comissão Distrital de Eleições.

“Os resultados anunciados pela CDE dão-



-nos uma percentagem de quase 58 por cento que o MDM teve, e a Frelimo 37 por cento, mas nos resultados, através das actas que nós tivemos, o MDM teve 67 por cento e a Frelimo 28 por cento”, revelou Domingos de Albuquerque, mandatário do MDM na cidade da Beira.

Diante desta situa-

ção, o MDM interpôs uma contestação junto da Comissão Distrital de Eleições da Beira e do Tribunal Judicial, a qual foi reprovada, daí que o partido recorreu ao Conselho Constitucional.

“O que nós estamos a pedir são os votos que foram subtraídos do MDM e foram postos a favor da

Frelimo. São nove por cento de votos retirados do MDM. Então, é isto que nos fez interpor recurso ao Conselho Constitucional, na expectativa de vermos reposta a legalidade. Que o Conselho Constitucional dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, detalhou Domingos de Albuquerque.

É que, com os números apresentados pela Comissão Distrital de Eleições da Beira, segundo o MDM, a Frelimo terá um número de membros que não devia ter na Assembleia Municipal.

“A CED na cidade da Beira atribuiu 24 mil votos à Frelimo. Nós não sabemos de onde saíram, para dizer que houve votos fantasmas a favor do partido Frelimo. Em termos de percentagem na Assembleia Municipal, com aquilo que a CED atribuiu ao MDM, rondamos na casa dos 28 deputados municipais, e a Frelimo passou a ter 18”, esclareceu o mandatário do MDM na cidade da Beira.

E nas contas que o MDM considera justas, “a Frelimo devia ter 14 membros na Assembleia Municipal e o MDM 33 deputados municipais. O que estamos a dizer é que pedimos ao Conselho Constitucional que dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Que devolva os cinco assentos que foram subtraídos ao MDM”. (PpP)

Militares em reclamação por fome

A assessoria de imprensa do Ministério da Economia e Finanças (MEF) nega estar a dever pagar salários e subsídios de qualquer militar afecto ao Teatro Operacional Norte (TON).

Dávio David

É que circulam informações segundo as quais o MEF congelou o pagamento de subsídio de empenhamento, há cinco meses, em consequência da descoberta de uma lista fantasma nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), mais concretamente dos militares do TON.

Entretanto, um pouco por todo o país militares têm vindo a reclamar, em anonimato, a falta de pagamento de salários.

O velho barulho da TSU

A explicação dada aos militares tem sido quase sempre a mesma, passan-

“Há militares que recebem salários em datas diferentes e outros não auferem, e isso ocorre em todo o país”, lamentou o nosso entrevistado.

Sobre a falta de pagamento dos referidos subsídios a militares do TON, há cinco meses, dizem os militares, citados pela imprensa, que o MEF congelou tudo, porque foi descoberto um esquema fraudulento que consistia em efectuar os pagamentos para os referidos militares e posteriormente estes faziam transferências para os “chefes” da operação, que nos últimos anos engrossavam as listas de efectivos supostamente enviados para o TON.

“A descoberta do esquema está também a dificultar o pagamento de

deve a ninguém

O Ponto por Ponto tentou sem sucesso ouvir a assessoria de imprensa das FADM, contudo, até ao fecho desta edição ninguém estava disposto a falar sobre o barulho.

Por seu turno, a as-

essoria de imprensa do MEF negou que o Governo esteja a dever qualquer mês de salário aos militares, a nível do país.

Aliás, através de uma nota recebida na nossa Redacção o MEF faz saber que o Governo não

está a dever a qualquer militar nacional, e que “não tem conhecimento de uma lista fantasma nas FADM. Nada consta dos relatórios de auditoria da Inspeção-Geral das Finanças que faça referência de listas fantasmas”.



do por trabalhos de uniformização do sistema de pagamento de salários via sistema e-Sistafe, ou seja, problemas com a Tabela Salarial Única (TSU).

Um militar ouvido pelo PpP nesta quarta-feira, falando na condição de anonimato, confirmou haver militares sem salários, dada a reorganização no âmbito do pagamento via sistema e-Sistafe.

dois meses de retroactivos relacionados com a Tabela Salarial Única (TSU), uma vez que se acredita que a lista enviada dos militares que ainda não se beneficiaram deste bónus do Estado tenha sido inflacionada pelos funcionários envolvidos no mega-esquema”, dizem os militares citados recentemente na imprensa.

Governo diz que não



RAÇÃO GRANULADA

ENGORDA AVES






COMPOSIÇÃO: FARELO, SOJA / BAGAÇO DE COCO, SAL, TRIGO / MILHO, FARINHA DE PEIXE/ BOVINA, DIATOMITE.



PESO LÍQUIDO

50kg



PRODUTO DA:
DHOCOLO AGRO - PROCESSADOS, LDA
SUCURSAL MAPUTO: BAIRRO AGOSTINHO NETO, MARRACUENE
 CEL: 87 116 1184 / 82/84 309 3410
 E-MAIL: info@dhocolo.co.mz

DATA DE PRODUÇÃO
 ____/____/____

VALIDADE 90 DIAS

Limitações expõem habilidades de profissionais do HCM

Ortopedistas readaptam berb

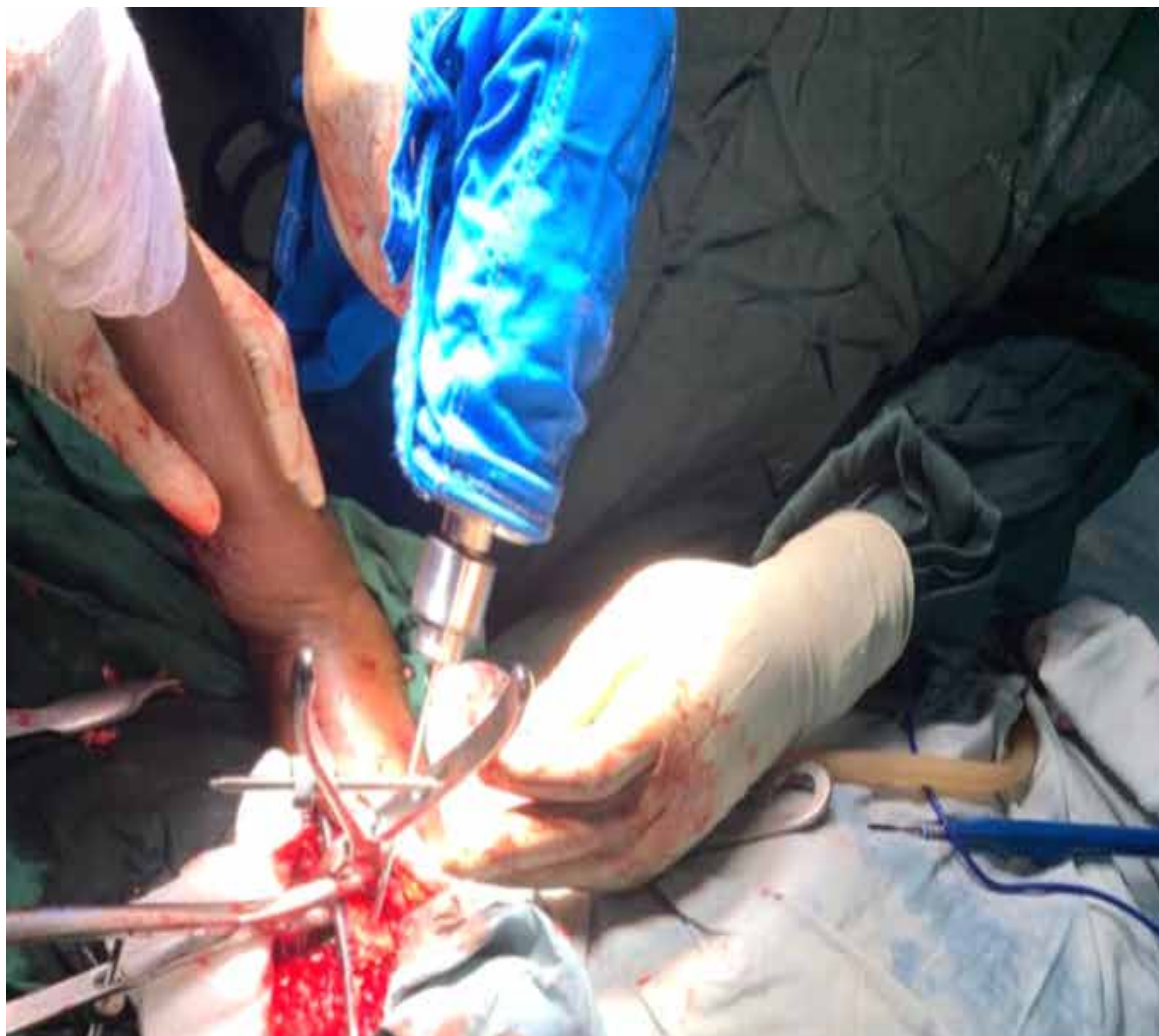
São médicos ortopedistas e traumatologistas residentes do Hospital Central de Maputo (HCM). A sua profissão passa necessariamente pela reparação, por meio de cirurgias, de fracturas de ossos partidos, tanto do braço, antebraço, perna, tornozelo, tendo sempre como foco a qualidade de vida do paciente.

Luís Cumbe

Mas nem sempre foi missão facilmente conseguida, por limitações da peça-chave à cirurgia importada do estrangeiro. Tiveram de aprender a reinventar-se e garantir a integração dos serviços. Esta é a história de dois médicos moçambicanos, Fausto Bernardo Muzila e Prem Yohannan, que pegaram nos desafios e inovaram, adaptando o berbequim usado na serralharia ou construção civil ao serviço da ortopedia naquela que é a maior unidade hospitalar do país.

É uma conquista, ainda que pequena, mas não para quem chega ao hospital com fracturas no corpo carecendo de cirurgia por vezes com urgência, sob risco de incorrer a danos irreversíveis, se lhe não for pontual a intervenção.

Como estes médicos, centenas de outros moçambicanos têm-se notabilizado nas causas humanas de vária ordem social e/ou em condições que só permitem sobreviver, mas Fausto Bernardo Muzila e Prem Yohannan ganharam visibilidade pela nobre vontade na busca



Operação a partir do berbequim readaptado

pelo salvamento de vidas.

Outros colaboradores daquele hospital em serviço noutros departamentos, e não só, não escondem a admiração pela inovação e vontade humana perspicaz de prover alternativas sem paralelo aos pacientes que diariamente beneficiam deste instrumento.

Fizeram da necessidade uma virtude. A convivência de muitos anos de sofrimento de um sector, que

é exemplo de tantos outros serviços deficitários, condicionados pelas limitações de ordem financeira que enfermam o país, forçou a imaginações que antes estiveram ocultas nos médicos.

É nada menos que uma inovação feita dentro das limitações, que hoje serve de lembrete contundente de espírito humano e exemplo de resiliência, determinação para superar até os desafios mais complexos.

Corria o ano de 2021 que nascia o projecto

Conta em entrevista ao PpP o médico Fausto Bernardo Muzila, que foi em pleno período pandémico da Covid-19, em Fevereiro de 2021, que conjuntamente com seu colega moçambicano, com linhagem indiana, ortopedista e traumatologista no HCM, desafiados pelas circunstâncias de limitações da peça-chave

para cirurgias pelo hospital, o berbequim ortopédico convencional, entre outros factores associados, pensaram na hipótese de recorrer ao mesmo berbequim usado em oficina de serralharia e/ou construção civil e readaptá-lo às necessidades.

A inovação ganhava terreno num contexto em que o mundo tendia a fechar-se cada vez mais, em virtude da eclosão e propagação da Covid-19, fora o facto de um berbequim convencional custar aos cofres do erário público entre 10 e 15 mil dólares, incluindo a manutenção feita no estrangeiro, tornando remotas ainda mais as capacidades de aquisição com a crescente demanda.

Pura determinação

O berbequim ortopédico é um instrumento incontornável para cirurgias ortopédicas diariamente realizadas naquela que é a maior unidade hospitalar. O médico Muzila explica que era preciso encontrar uma solução sustentável e que ao adaptar, o mesmo instrumento devia conferir as mesmas funcionalidades de um berbequim convencional habitualmente comprado fora do país.

“Quando desenvolvemos o projecto quisemo-

berbequim ao serviço de cirurgias

-lo fazer a baixo custo e de uma forma sustentável, tínhamos que fazer múltiplas cirurgias com um instrumento Made in Mozambique e que pudéssemos expandir para outros hospitais”, começou por explicar.

É que, enquanto o berbequim convencional era feita a sua manutenção no exterior, os serviços de cirurgia acumulavam pacientes que diariamente dão entrada naquela unidade de referência, numa situação em que estes instrumentos eram em número reduzido.

“Então vimo-nos perante este dilema, e nos perguntamos: porquê não produzimos este instrumento?”, sobrepôs.

Viabilidade do projecto

Trata-se de um projecto que posteriormente foi liderado pela AMOT (Associação Moçambicana de Ortopedia e Traumatologia), em parceria com empresas vocacionadas na comercialização e fabrico de material médico-cirúrgico.

Para a sua materialização foi necessário a intervenção

de vários outros organismos que quiseram abraçar a causa. Uma equipa multidisciplinar se evidenciou nesta causa, com destaque para dois instrumentistas, um engenheiro metalúrgico, serralheiro, torno fresador e um técnico de logística.

Reduzido o tempo, custos e subiu o número de cirurgias

O instrumento foi readaptado localmente, cuja manutenção é também local e a baixo custo. Este berbequim tem a particularidade de ser usado em múltiplas cirurgias num único programa operatório, diferentemente do convencional em que após uma única cirurgia é preciso esterilizar todo o aparelho. “Este já não, porque como tem componentes esterilizadas e não esterilizáveis é fácil fazer várias cirurgias”, disse Muzila, salientando que esta facilidade se deve às capas protectoras com que o instrumento foi revestido.

“Tendo estas capas protectoras usamos o berbequim para várias cirurgias,

desde momento que a máquina tenha carga e substitua as capas”, elogiou Fausto.

Em função desta vantagem que confere ao instrumento, hoje é possível ao HCM, em particular, fazer pelo menos cinco cirurgias por dia com recurso ao mesmo berbequim, uma vez que as capas protectoras são estéreis e impermeáveis.

Com efeito, até esta parte mais de 500 cirurgias foram feitas, sendo a maioria no HCM, que actualmente conta com pelo menos três berbequins como resultado desta inovação. Em média, por dia são feitas quatro cirurgias, o que era quase impossível com o berbequim convencional, pois tinham de ser quatro máquinas para conseguir este mesmo número.

O projecto passou por múltiplas modificações até à versão final, e só um ano após a concepção, em 2022, o berbequim adaptado foi usado na sua primeira versão. Em termos de custos, em média a sua adaptação é orçada em pelo menos 150 mil meticais, incluindo todos os componentes adaptados.

“Na primeira fase tivemos a oportunidade de usar o instrumento no Hospital Central da Beira, mas a ideia é expandir o uso deste berbequim”, sublinhou o médico Fausto, ao PpP.

Repercussão no exterior

Em finais de 2022, dado os resultados registados no país onde o instrumento é operacional, a inovação



Médico Fausto Muzila, em cerimónia pública de apresentação do berbequim inovado

foi oportunamente exibida durante uma conferência internacional em saúde, envolvendo vários cirurgiões da África Austral, realizada na Namíbia, tendo a iniciativa sido positivamente acolhida, cujo país anfitrião mostrou interesse em replicar o projecto.

“Os problemas que Mo-

çambique enfrenta como um país em vias de desenvolvimento e com carências de recursos são os mesmos que outros à volta enfrentam, é preciso encontrar soluções a problemas locais”, acrescentou Fausto. (PpP)



Capa protectora



Entretanto, o partido do “bataque e maçaroca” nega-se a ir à recontagem dos votos das últimas eleições na autarquia da Matola

Eleições autárquicas

MDM vai processar criminalmente presidente da CEC

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) entende que o recurso submetido pela presidente da Comissão Distrital de Eleições da Matola (CEC) ao Conselho Constitucional, para a anulação da recontagem dos votos na autarquia da Matola, é uma acção ilegal, premeditada e planificada para beneficiar o partido no poder, daí que o partido do “Galo” vai processar criminalmente a juíza.

Dionildo Tamele

Segunda Secção do Tribunal Judicial do Distrito da Matola ordenou, na passada quinta-feira, a recontagem dos votos em todas as mesas das assembleias de voto da autarquia da Matola, na sequência de um recurso apresentado pelo partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), no qual este partido político denunciava irregularidades durante a contagem dos votos.

Foi através de um despacho, datado de 18 de Outubro de 2023, que o Tribunal Judicial do Distrito da Matola deu a conhecer a sua resposta ao recurso de contencioso eleitoral submetido pelo MDM.

Entretanto, a presidente da Comissão Distrital de Eleições da Matola (CEC), Carolina Cumbana, submeteu um dia depois, sexta-feira, no Conselho Constitucional, um recurso para a anulação do recurso do MDM.

O MDM diz que o re-



curso submetido pela presidente da Comissão Distrital de Eleições da Matola ao Conselho Constitucional, para a anulação da recontagem dos votos na autarquia da Matola, é uma acção ilegal, premeditada e planificada para beneficiar o partido Frelimo, daí que o partido do “Galo”

vai processar criminalmente a juíza. Reagindo este sábado à atitude da presidente da Comissão Distrital de Eleições da Matola, o delegado político do MDM na cidade da Matola, Amável Vera Cruz, disse que o recurso submetido para anulação da recontagem dos votos é improcedente.

“Recebemos uma petição da Comissão Distrital de Eleições da Cidade da Matola, documento este feito pela presidente daquele organismo eleitoral, embora sem legitimidade para tal. A CEC da Matola é composta por três partidos, entretanto, a presidente, em nome pessoal, interpôs um recurso,

no qual reclama a legitimidade do Tribunal para decidir sobre a matéria em causa”, avançou o delegado político do MDM.

Segundo Amável Vera Cruz, o recurso submetido pela presidente da CEC da Matola é improcedente, porque em nenhum momento aquele órgão eleitoral reuniu-se para

deliberar sobre o assunto.

“A presidente da CEC fez um documento em nome pessoal, ficamos sem perceber de que lado ela está e a quem ela quer defender, porquanto a Comissão Nacional de Eleições é um órgão colegial constituído por três partidos e uma organização da Sociedade Civil”, frisou, acrescentando que o MDM vai processar a presidente da CEC porque, segundo ela, “o documento feito pelo Tribunal Judicial da Cidade da Matola é falso, não tem carimbo, mas o documento que está em nossa posse tem carimbo, foi exarado pelo Tribunal e tem a assinatura da juíza competente, que deliberou sobre a matéria.

Não sabemos se a presidente da CEC está

a agir em nome do partido Frelimo ou se está a agir em nome de qualquer órgão que seja legal”, lamentou Cruz.

Por sua vez, o cabeça-de-lista do MDM na autarquia da Matola, Augusto Pelembe, disse que a presidente da CEC e seus comparsas vão ser processados criminalmente, porque constituem uma associação para delinquir os municípios da Matola.

Pelembe entende que devia ser o Tribunal a reclamar a falsificação dos documentos através de mecanismos legais, e não a presidente da CEC.

Acrescentou que a Comissão Nacional de Eleições é um órgão colegial, o que significa que uma decisão como esta de submissão de recurso não deveria ser tomada

apenas pela presidente, mas pelos intervenientes integrantes do órgão, o que não aconteceu.

Frelimo não quer recontagem dos votos na Matola

A Frelimo submeteu um recurso ao Conselho Constitucional a pedir a anulação da decisão de recontagem dos votos na Matola. Entretanto, o Tribunal estranha que a justificação seja a mesma que a do recurso da Comissão de Eleições da Cidade.

Setenta e duas horas depois da Comissão de Eleições da Cidade da Matola ter interposto um recurso ao Conselho Constitucional, a pedir a anulação da decisão do Tribunal Judicial sobre a recontagem dos votos

na Matola, a Frelimo seguiu o mesmo caminho.

Num documento da tarde do último domingo, dia 22 de Outubro, a Frelimo, representada pelo seu mandatário, João Inácio Mondlane, pede que “seja declarado improcedente o despacho do Tribunal Judicial do Distrito da Matola e que seja a decisão recorrida declarada nula, por inquinar vícios de incompetência do Tribunal para decidir sobre a recontagem dos votos”.

Entretanto, os fundamentos usados no recurso da Frelimo são os mesmos invocados pela Comissão de Eleições da Cidade da Matola, conclui o Tribunal Judicial, através deste despacho que a nossa equipa de Redacção teve acesso: “Os fundamentos do presente recurso, estra-

nhamente, são os mesmos apresentados no recurso interposto pela supervisora, Comissão de Eleições da Cidade da Matola, que em princípio devia ser imparcial, isenta e sem nenhum interesse partidário no processo (...) pois, até, esta Comissão foi arrolada como prova testemunhal no recurso que aqui nos ocupa, interposto pelo partido Frelimo”.

No recurso submetido ao Conselho Constitucional, a Comissão de Eleições da Cidade da Matola entende que a decisão sobre a recontagem dos votos devia ser declarada nula por conter vícios de nulidade derivada da violação da lei e que o Tribunal Judicial do Distrito era incompetente para julgar tal contencioso eleitoral. (PpP)

PUB

A PROCURA DE
UMA SOLUÇÃO
GRÁFICA?

A tua procura termina aqui

GRUPO KAPITAL PROVIDER
KAPITAL PROVIDER POINT
KAPITAL PROVIDER HIGIENE E LIMPEZA

GRUPO KAPITAL PROVIDER

+258 85 177 7770

✉ kapitalprovider01@gmail.com

📍 Av. 25 de Setembro, N° 1676 - em frente ao Banco de Moçambique

Renamo diz-se único vencedor das eleições na cidade de Maputo

Esta formação política exige a demissão e detenção dos gestores dos órgãos eleitorais nos distritos municipais KaMpfumo e Nlhamankulu, onde os tribunais decidiram pela repetição da votação.

Dionildo Tamele

A delegação política da Renamo, na cidade de Maputo, reiterou esta segunda-feira que o seu partido é o único vencedor das últimas eleições autárquicas, daí que não vai aceitar nenhum outro resultado que não seja a sua vitória.

A Renamo diz que depois da mega fraude, desesperado como uma barata acabada de ser fumigada por Baygon, o partido Frelimo começou a pressionar determinados juizes, fazendo, em alguns casos, ameaças à integridade física dos mesmos para não dar provimento aos recursos da Renamo, sendo que o caso emblemático foi do Tribunal Judicial Distrital de KaMubukwana. Entretanto, esta segunda-feira, em conferência de imprensa, o cabeça-de-lista da Renamo, Venâncio Mondlane, disse que o seu partido não vai aceitar outro resultado que não seja a vitória da Renamo.

Mondlane disse ainda que os jovens da cidade de Maputo estão disponíveis a ir até às últimas consequências neste processo e não vai ser a Renamo a parar esta tempestade.

Refira-se que o Consórcio Mais Integridade, que observou a votação nas autárquicas de 11 de Outubro, disse que a Renamo ven-



ceu as eleições na capital moçambicana e na cidade da Matola, embora os resultados preliminares oficiais indiquem o contrário.

Num outro desenvolvimento, esta formação política exigiu a demissão e detenção dos gestores dos órgãos eleitorais nos distritos municipais KaMpfumo e Nlhamankulu, onde os tribunais decidiram pela repetição da votação.

Em conferência de imprensa para dar o ponto de situação dos processos judiciais em curso nos tribunais distritais e dos recursos submetidos ao Conselho Constitucional, a Renamo impôs condições para

que participe no processo.

O cabeça-de-lista da Renamo afirmou ainda, esta segunda-feira, e passamos a citar: “Não vamos aceitar ir para as próximas eleições com as mesmas pessoas que foram responsáveis pela falsificação dos resultados, pelos crimes eleitorais que foram cometidos; exigimos à PGR para deter e acusar criminalmente todas essas pessoas [responsáveis], e a Comissão Nacional de Eleições deve rapidamente afastar administrativamente todas elas, colocando novas pessoas com base num consenso, para nós avançarmos para as próximas etapas”,

exigiu o cabeça-de-lista da Renamo na cidade de Maputo, Venâncio Mondlane.

A Renamo diz não reconhecer outro resultado senão a vitória na votação de 11 de Outubro, para depois sublinhar que “não vamos aceitar nenhum resultado que seja diferente deste que ficou provado em Tribunal: foi provado na contagem paralela da Renamo, na contagem paralela da Mais Integridade, e é comprovado no coração de todos os maputeneses que votaram e sabem em quem é que votaram”.

Na mesma senda, o cabeça-de-lista da Renamo disse na ocasião que para

a capital do país a Renamo reclama de irregularidades em cinco distritos municipais. Em KaMaxaquene o partido submeteu denúncia ao Ministério Público; em KaMubukwana recorreu ao Conselho Constitucional, pelo facto de o juiz ter julgado improcedente a sua contestação; nos distritos KaMpfumo e Nlhamankulu vai ser repetida a votação, sendo que, neste último, será em 64 mesas de um total de 120.

A Renamo exige também a responsabilização criminal daqueles funcionários e gestores de órgãos eleitorais que cometeram ilícitos eleitorais. (PpP)

Aventuras dos gestores da Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo

EMTPM aposta no processamento de frangos

Contrariamente ao papel consignado à Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo (EMTPM), de essencialmente gerir e garantir a mobilidade urbana, esta tende a envolver-se em negócios fora da sua alçada.

Luís Cumbe

No seu plano de actividades, a empresa pretende investir na produção e processamento de frangos, entre outros empreendimentos, e alega querer garantir a sustentabilidade da sua principal actividade.

Quando menos se esperava, alguns gestores públicos surpreendem pela negativa. No plano de negócios traçado pela própria gestão da EMTPM está uma carteira de propostas de actividades cujo conteúdo foge daquilo que é a sua área de actuação ou papel fundamental da empresa, que passa por gerir meios que têm como foco a mobilidade urbana.

O mesmo instrumento fala de outras actividades, sob argumento de que a intensão é garantir a sustentabilidade da principal actividade. Consta o investimento no processamento de frangos e derivados, cujas projecções encerram uma capacidade de produção de pelo menos 7.200 frangos mensais, uma área de actuação que claramente demonstra uma navegação em terra alheia e complexa para aquilo que são as actividades da empresa.

Paralelamente a isso, há projectos para criação de um centro de formação alegadamente para colabo-



radores da empresa e jovens, uma actividade que não apresenta detalhes sobre como este centro poderá rentabilizar a empresa, no entanto, é um empreendimento que vai custar aos cofres do Estado mais de 7,4 milhões de meticais.

Ora, não se compreende o desperdício de esforços e de fundos navegando-se à margem das competências da empresa, em detrimento de incidir sobre áreas de que goza de habilidades incontestáveis. Tal é o exemplo das actividades da escola de condução da EMTPM, que a empresa há muito desenvolve com referência, sendo em parte a única no país que ministra o ensino prático de Serviços Públicos.

Por outro lado, a EMTPM dispõe de um parque em arrendamento que, contrariamente aos esforços que eram de se esperar, no sentido de encontrar parceiros com vista à construção de uma infra-estru-

tura mista de dez pisos, num valor de 102 milhões de meticais, que há muito se espera, apenas se limita em alimentar expectativas.

A gestão do transporte é por natureza tarefa complexa, requerendo constantes estratégias de actuação. Há-de ser por isso que este sector, em particular, continua a desafiar o país, a começar pela Região Metropolitana do Grande Maputo, que vivencia um verdadeiro caos, apesar dos vários organismos criados para reforçar, a exemplo da Agência Metropolitana de Transporte (AMT).

Pela natureza de cada negócio (transporte público e processamento de frangos) impõe-se um divisor das águas, sob risco de confundir objectivos e/ou papel fundamental dos serviços públicos de transporte que competem à EMTPM. Em última análise, o que se pode esperar é a abdicação de um em benefício de outro sector, pois é impossí-

vel servir a dois senhores, tal qual disse Jesus Cristo.

Este é um dentre vários exemplos que resulta de um país governado por chefes com a cabeça virada no negócio, uma dupla ambição que quando combinada compromete, em última instância, a missão de servir o interesse colectivo. O Estado, muitas vezes visto como terreno fértil para a prática de negócios para muitos funcionários, não raras vezes é a partir destes negócios alheios que são perpetrados actos criminosos.

Não se compreende com que bases e/ou meios a empresa espera se utilizar para manter as perdas constantes que tipificam negócios de frango. Com que tipo de argumentos ou instrumentos a empresa espera argumentar perante a Assembleia Municipal, e/ou se esta última deverá desenvolver instrumentos através dos quais deverá fiscalizar os

negócios que a empresa tende a mergulhar. (PpP)

Sem planos para rentabilidade dos meios/mitigação das perdas

Estas projecções acontecem num contexto em que a empresa regride em termos de lucros, onde aparece como organismo com mais meios comparando com o sector privado. Com efeito, esta empresa em particular anota ter transportado no ano em curso, até esta parte, 28 mil passageiros, contra 29 mil de igual período de 2022.

Era de se esperar que uma gestão comprometida com a sustentabilidade da empresa centrasse as suas estratégias em reverter estas perdas. Uma série de irregularidades continuam a ser perpetradas por parte de colaboradores da empresa, numa situação em que reduzem os fiscais em trânsito.

Não raras vezes, os colaboradores, deliberadamente, não fazem a cobrança do bilhete durante a viagem, apenas se preocupam quando a viagem tende a chegar aos terminais, o que abre espaço para que os mesmos possam beneficiar das cobranças sem em simultâneo oferecer o bilhete, para além daqueles passageiros que, apercebendo-se do relaxamento do cobrador, acabam descendo do autocarro sem pagar pela viagem.



Na nossa democracia a impunidade não pode nem deve ser tolerada – Samora Machel Júnior

Sem democracia não há futuro para Moçambique

Samito distancia-se dos Pilatos da Frelimo

O filho e júnior do primeiro Presidente de Moçambique independente, Samora Moisés Machel, distancia-se do silêncio do partido Frelimo perante tantos escândalos que aconteceram no decurso do actual processo eleitoral, já considerado por vários analistas de ser o mais fraudulento de sempre.

Desde o período do registo de eleitores até à fase de votação e apuramento foram reportados e publicados nas redes sociais e na comunicação social diversos casos de irregularidades e ilicitudes eleitorais. Pessoas de fora das autarquias foram registadas, cenários esses que foram exibidos nas redes sociais e na comunicação social. Foi reportado o caso do director do STAE da Beira a dar instruções aos seus colegas para dificultarem no máximo o registo de eleitores suspeitos de serem da oposição. Depois da votação houve casos de intervenção policial que nas salas de apuramento, cumprindo ordens do presidente da mesa, escorraçaram os fiscais da oposição, ficando na sala apenas elementos ligados ao partido Frelimo. Houve casos de boletins de voto pré-datados a favor do partido Frelimo. Houve confissões de recepção de valores de suborno. Enfim, tantos foram os casos que colocam em causa a integridade do processo eleitoral, entretanto, em nenhum momento, oficialmente, o partido Frelimo pronunciou-se perante tais



factos que, curiosamente, lhe dão sempre vantagem.

Oficialmente, o partido Frelimo tem estado mais concentrado na sua disputa eleitoral com a Renamo, partido que repudiava o apuramento feito pelas comissões distritais de eleições que dão vitória ao partido Frelimo. Entretanto, de acordo com dados da contagem paralela do partido de Ossufo Momade, a Renamo é que ganhou.

Enquanto isso, alheio a todo o cenário de

falta de transparência que caracteriza o actual processo eleitoral, o partido Fre-



Não podemos nem devemos tolerar nas nossas fileiras indivíduos que cometeram actos condenáveis, pois a nossa conduta não se coaduna com este tipo de postura

limo tem feito marchas que diz serem de agradecimento aos eleitores, clamando e exibindo a forma estrondosa ou retumbante da sua vitória nas 64 autarquias, perdendo apenas a cidade da Beira a favor do MDM.

Em contramão

Contrariando o alheamento oficial do partido Frelimo perante cenas reportadas na informação e nas redes sociais, envolvendo membros do partido em má conduta, Samora Machel Júnior (Samito) insurge-se contra isso e defende uma sociedade inclusiva em que a vontade do Povo é que prevalece.

Segundo Samora Machel Júnior ao partido Frelimo, é imperativo do momento a educação e qualificação de seus membros sobre a importância do respeito aos princípios democráticos, do Estado de direito e a vontade do Povo expressa nas urnas.

“Não podemos nem devemos tolerar nas nossas fileiras indivíduos que cometeram actos condenáveis, pois a nossa conduta não se coaduna com este tipo de postura”.

“Aqui e ali, por todo

Moçambique o clamor do Povo é de desacordo perante os atropelos flagrantes à integridade das escolhas feitas pelos eleitores durante o processo das eleições autárquicas de 11 de Outubro 2023”.

“Chegam-nos relatos de acções e comportamentos por parte de membros do partido Frelimo, membros e agentes das autoridades eleitorais, elementos da FDS que interferiram profundamente na integridade do processo eleitoral, são acções que vão na contramão dos valores fundamentais do nosso partido, do Estado de direito e da democracia”.

“Apelamos à CNE, guardião máximo da integridade dos processos eleitorais, para que use toda a autoridade e instrumentos ao seu dispor para garantir um desfecho desta eleição que reflecta efectivamente as escolhas feitas pelos moçambicanos”.

Trata-se de um grito que surge numa altura em que a credibilidade dos órgãos eleitorais é baixa no seio da sociedade que acompanhou diversas cenas através das redes sociais e comunicação social, de má conduta eleitoral visando a fraude, quase sempre a favor do partido Frelimo. (PpP)



Olhar de lince

Ivan Gonçalves: ivanpapucidesg@gmail.com



Após dois anos de encerramento em Cabo Delgado

Reabertos sete postos de travessia com a Tanzânia

Dávio David

O Serviço Nacional de Migração (SENAMI) revela que sete dos nove postos de travessia com a República da Tanzânia foram reabertos recentemente, após dois anos de encerramento devido aos ataques terroristas, na província de Cabo Delgado. A informação foi avançada pelo porta-voz do SENAMI em Cabo Delgado, Ivo Sampanha.

Segundo Sampanha, os referidos postos de travessia encontram-se localizados nos distritos de Mueda, Nangade, Palma e Mocimboa da Praia, nas fronteiras terrestre e marítima com a República da Tanzânia.

Segundo Ivo Sampanha, a reabertura ao movimento migratório naqueles pontos de travessia decorre dos progressos da campanha de perseguição dos terroristas levada a cabo pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) e pelas tropas ruandesas, bem como da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Dados do SENAMI revelam que com esta reabertura de fronteiras entre Moçambique e Tanzânia uma média de quatro mil pessoas tem cruzado a fronteira por mês, contra cerca de três mil anteriores.

O porta-voz do SENAMI recorda que antes da melhoria da situação de segurança pública naquelas parcelas

do país o movimento migratório era quase inexistente.

Sampanha indicou ainda que a fronteira em Namoto é que tem registado, actualmente, o maior fluxo migratório, chegando a registar um fluxo de cerca de 1500 pessoas por dia.

“Este posto foi o último a ser reaberto e acreditamos que nos próximos meses o número poderá aumentar”, disse Sampanha.

O porta-voz do SENAMI garantiu ainda à imprensa a existência de fortes medidas de segurança nas fronteiras dos dois países, sendo que as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e Tanzânia adoptaram um modelo único de controlo para evitar a circulação de viajantes ligados aos terroristas.

Militares do TON capacitados em Direitos Humanos

Entretanto, com o regresso da normalidade em Cabo Delgado, sobretudo com a reconstrução de infra-estruturas, o sector da Defesa Nacional continua a levar a cabo acções de capacitação de militares em assuntos ligados aos Direitos Humanos.

De acordo com uma nota do Ministério da Defesa Nacional, o sector de Defesa, a UNICEF e o Instituto Dellaire têm vindo a capacitar militares no Teatro Operacional Norte (TON) em matérias de prevenção de Direitos Humanos para proteger, tratar e resgatar

crianças em zonas de conflito.

Esse treinamento, de acordo com o documento, tem produzido resultados notáveis, capacitando os militares para identificar situações de risco para as crianças e a intervir prontamente para salvá-las de possíveis violadores dos direitos da criança.

“À luz desta parceria, mais de 200 militares já beneficiaram de formação e estes, por sua vez, têm transmitido os conhecimentos adquiridos aos efectivos das suas unidades. Na sequência dos resultados positivos alcançados no terreno, o projecto de formação abrangeu também militares empenhados no combate ao terrorismo no TON”, lê-se no documento. (PpP)



“A Polícia em Moçambique usa regularmente força excessiva e desnecessária para matar, ferir e deter manifestantes” – Amnistia Internacional

Uso excessivo de força contra manifestantes

AI exige investigação contra a PRM

A Amnistia Internacional (AI) critica o uso ilegal da força pela Polícia da República de Moçambique (PRM) para reprimir protestos pacíficos que se seguiram às eleições autárquicas do dia 11, que até levou ao assassinato de um rapaz de 16 anos, no Município de Chiúre, província de Cabo Delgado, e exige investigações das autoridades.

“O uso ilegal e desnecessário da força pela Polícia contra manifestantes pacíficos é uma violação do direito internacional dos direitos humanos e não está em conformidade com as normas regionais e internacionais de direitos humanos sobre o uso da força”, diz o director regional da organização internacional de defesa dos direitos humanos para a África Oriental e Austral.

Em nota divulgada na semana passada, Tigere Chagutah acrescenta que “as acções que documentámos, incluindo o uso desnecessário de gás lacrimogéneo e o uso de munições reais, são uma continuação de um padrão perturbador de táticas imprudentes e ilegais utilizadas pela Polícia de Moçambique contra os manifestantes”.

Para Chagutah, é evidente que a intenção da Po-



lícia aqui era de criar “um ambiente de intimidação para desencorajar qualquer pessoa que tentasse exercer o seu direito de protestar pacificamente contra as autoridades estatais”.

Por isso, a AI pede às autoridades moçambicanas

que abram “imediatamente uma investigação completa e imparcial sobre os agentes que atiraram e mataram um rapaz de 16 anos em Chiúre e feriram dois manifestantes em Nampula e Gurué, bem como todos os outros incidentes de

uso ilegal da força, e garantir que os responsáveis sejam levados à justiça em julgamentos justos”.

A organização apela também “à libertação imediata dos apoiantes do partido da oposição, a Renamo, centenas dos

quais foram detidos arbitrariamente por participarem nos protestos”.

A AI refere que a 11 de Outubro o país realizou eleições autárquicas em 65 municípios, mas após protestos pacíficos e celebrações de vitórias não confirmadas por parte de membros e apoiantes do principal partido da oposição, a Renamo, a Polícia respondeu violentamente, especialmente nos redutos daquele partido.

“A Polícia em Moçambique usa regularmente a força excessiva e desnecessária para matar, ferir e deter manifestantes”, diz a nota, que lembra que “só em 2023, a Polícia já reprimiu pelo menos três protestos pacíficos e deteve arbitrariamente pelo menos 29 pessoas por exercerem o seu direito de reunião pacífica”. (PpP)

PUB



Disponível nas bancas todas quintas-feiras

Assinaturas E-mail: esmelifania2002@gmail.com

Cel: (+258) 87 45 76 070 / (+258) 82 45 76 070/ Fixo: 21 09 22 70

Dados do INAMAR

Acidentes marítimos fazem 90 óbitos no país

O administrador executivo do Instituto Nacional do Mar, Leonid Chimarizene, lamenta que só no primeiro semestre do ano em curso o país registou 558 acidentes marítimos, que saldaram em 90 óbitos.

Elton da Graça

Leonid Chimarizene considera que os acidentes marítimos no território nacional têm estado a preocupar o sector do mar, daí que para este ano há um plano de contingência que visa monitorar os locais mais sensíveis, de modo a evitar perdas de vidas humanas.

Segundo Chimarizene, só no primeiro semestre do ano em curso o país registou um cumulativo de 558 sinistros marítimos, nomeadamente afogamentos (49), naufrágios (24), ataques de animais (16), encalhes (466) e homem ao mar (3).

O administrador do INAMAR acrescenta ainda que deste número houve o registo de 90 óbitos, 17 feridos e 38 danos avultados.

Os acidentes marítimos têm vindo a preocupar cada vez mais o sector, e, segundo Chimarizene, para este



final do ano, momento em que vários cidadãos se fazem às praias para prática de mergulhos, o sector tem em carteira redobrar a fiscalização, através de recursos humanos, bem como meios de salvamento.

Contudo, foi emitido um alerta público no sentido de exortar a maior responsabilidade por parte dos

banhistas, de modo a evitar que as nossas praias não sejam vectores de mortes.

“As praias devem ser seguras, por isso para o presente e último trimestre do ano que culmina com o arranque da veda ou defeso do camarão e do caranguejo pretendemos reforçar cada vez mais a fiscalização”, sublinhou Leonid

Chimarizene, nomeando as praias da Ponta de Ouro e Macaneta, na província de Maputo, bem como a de Bilene, em Gaza, Tofo e Barra, na província de Inhambane, como sendo as que terão reforço dos agentes do Serviço Nacional de Salvação Pública, INAMAR e outras entidades, para salvaguardar a integri-


dade física dos cidadãos.

Outrossim, Chimarizene afirma que está em curso a disseminação de informações através de panfletos sobre o perigo de mergulhar em zonas proibidas ou de maior risco de afogamento devido a corrente das águas.

A fonte esclarece ainda que serão abrangidas também outras zonas costeiras, nomeadamente os rios, por se notar a frequência de incidentes marítimos, mormente os ataques de crocodilos resultantes do conflito homem e animal.

“Há zonas que devido a dificuldades no acesso a água as comunidades buscam este precioso líquido nos rios, e acaba havendo cenários de mortes por ataques de crocodilos”, disse Chimarizene, congratulando o esforço do Governo na implementação do projecto nacional de abastecimento de água às zonas cujo acesso era difícil.

PUB



Anuncie neste espaço!

Contacte -nos através de: jornalpontoporporto@gmail.com ou
Telefones: (21) 092 270 | (+258) 82/87 4576070 | 842698181

Ponto
por ponto

Estudantes do ITM amotinam-se

Há dois anos sem receber certificados de curso

Antigos estudantes do Instituto Técnico de Maputo amotinaram-se esta quarta-feira, no edifício deste estabelecimento de ensino, exigindo a emissão de certificados de conclusão de diversos cursos de formação leccionados naquela instituição, os quais não são emitidos há três anos.



Dionildo Tamele

Centenas de estudantes do ensino técnico-profissional não recebem os seus certificados de conclusão de curso há mais de três anos, estando agastados com a situação neste estabelecimento de ensino técnico.

De acordo com os manifestantes, alguns estudantes que terminaram a sua formação há mais de três anos continuam sem os devidos certificados técnico-profissionais para efeitos de emprego.

Refira-se que os mani-

festantes tinham cartazes com escritos que manifestavam o sentimento dos estudantes, como “pagamos e cumprimos, estudantes não devem, queremos o que é nosso por direito, burladores...”

Aquele grupo de estudantes acrescenta que várias tentativas de se aproximarem à direcção do ITM redundaram em fracasso, uma vez que a mesma diz não ser da sua responsabilidade emitir documentos, que inclusive já foram pagos na mesma instituição.

Alguns estudantes que aceitaram falar à nossa equipa de reportagem foram unânimes em afirmar

que esta escola é uma burla, no entanto exigem o que é de direito. Outros afirmam que estão cansados e agastados com esta situação que já leva mais de dois.

Entretanto, a direcção do ITM não aceitou falar ao nosso jornal, mas fontes próximas daquela instituição disseram que a demora na entrega dos certificados está relacionada a vários factores, principalmente da Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP), órgão que tutela o ensino técnico-profissional para a emissão de certificados.

“Nós como instituição formamos, depois existe

quem qualifica, ou seja, quem reconhece que esse indivíduo foi formado. Também existem outras instituições que estão à espera dos certificados, só que quando demora do outro lado o estudante não percebe isso”, disse.

Por outro lado, a fonte referiu que alguns estudantes que estão nas manifestações não têm toda a sua situação académica regularizada.

“Nós temos estudan-

tes que começaram com a instituição e já terminaram o curso e outros não. E esses, por sua vez, têm várias situações. Primeiro têm algumas disciplinas em atraso e não têm a sua situação financeira regularizada, e outros já terminaram as cadeiras mas têm exames e trabalhos de final do curso por fazer, sendo lógico que alguns serviços não tenham como ter acesso”, acrescentou. (PpP)



Publicidade



NOVA
GARRAFA
2,5L



Água da Namaacha
água mineral natural - spring mineral water

2,5L

Composição Química Característica
Classe: Água Mineral

pH	7,2 - 7,6
TDS	150 mg/L
Sódio Na ⁺	38 mg/L
Cálcio Ca ⁺⁺	1,4 mg/L
Magnésio Mg ⁺⁺	1,8 mg/L
Potássio K ⁺	5,8 mg/L
Ferro Fe ⁺⁺	< 0,05 mg/L
Fluoreto F ⁻	0,15 mg/L

SACA
SACACOMERCIAL DA BOMBA DE MINERALIZAÇÃO

Indústria de Água Mineral, S. L. - I.A.M.
Rua da Liberdade, N.º 749
1050-075 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 311 1111 | Fax: +351 21 311 1112
www.saca.com.pt | Email: info@saca.com.pt

Produção e distribuição em Portugal e no estrangeiro.
Reserva de água mineral natural e protegida.

Produção de 100% de água e de sal mineral natural.
Nunca é adicionado sal nem outros aditivos.



À MEDIDA DA SUA GELEIRA



Abertas assinaturas para 2021

ASSINE JÁ

SEJA ASSINANTE DO JORNAL
PONTO POR PONTO E
RECEBA O SEU JORNAL EM
CASA OU NO SEU E-MAIL

Av. 25 de Setembro, nº 1676, 1º andar, porta 7,
Telefone (+258) 21 092 270
Celular: 82/874576070 ou 842698181
E-mail: jornalpontoporponto@gmail.com
Maputo Moçambique

Oposição conformada com fraude eleitoral?

Renamo e MDM recuam da decisão de gazetar ao Parlamento

Depois das bancadas da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) boicotarem, quinta-feira passada, a sessão de abertura dos trabalhos da VIII Sessão Ordinária da Assembleia da República, em protesto da fraude eleitoral, na tarde de quarta-feira os presidentes destes partidos políticos convocaram a imprensa para anunciar o recuo da decisão e regresso à Casa do Povo.

Luís Cumbe

Numa conferência de imprensa conjunta, Ossufo Momade, presidente da Renamo, e Lutero Simango, também líder do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), anunciaram o recuo da decisão de se ausentar dos trabalhos da Assembleia da República, iniciados semana passada, mesmo depois destes terem vincado que só far-se-iam presentes às sessões depois da reposição da verdade sobre os resultados das eleições de 11 de Outubro.

Ossufo Momade ga-



rantiu que a partir de já, depois dos deputados se ausentarem das sessões, uma vez também terem feito parte das marchas, voltam a participar das sessões plenárias, assim como nas comissões de trabalho.

Entretanto, os próprios líderes dos partidos da oposição reconhecem

a prevalência da crise instalada na sequência das irregularidades verificadas por quase todas as autarquias, mas ao mesmo tempo dizem existirem condições para que os seus deputados se juntem aos demais da Frelimo, no Parlamento.

Por outro lado, Momade alega ser prema-

turo saber qual deverá ser a reacção do partido perante a decisão do Conselho Constitucional de chumbar a repetição de eleições em Chókwè, sendo que em alguns pontos da capital, Maputo, prevalece a possibilidade de repetição do voto, elementos que contaram muito para as reivindicações que acontecem um pouco pelo país, incluindo a sua ausência no Parlamento.

Os pronunciamentos dos dois partidos, que alegam tratar-se de união de esforços em prol de resultados que reflitam a vontade do povo, acontecem um dia antes da Comissão Nacional de Eleições (CNE) pronunciar-se, até esta

quinta-feira (26 de Outubro corrente), atitude vista como um apelo ao bom senso deste organismo crucial na condução dos pleitos eleitorais.

A sessão parlamentar, a decorrer até 20 de Dezembro próximo, tem como destaque as informações anuais do Chefe de Estado sobre a situação geral da nação e do Provedor de Justiça, a apreciação e aprovação das propostas do Plano Económico e Social (PES) e da Lei que aprova o Orçamento do Estado (OE), bem como as sessões de informações e perguntas ao Governo sobre assuntos candentes da actualidade nacional.

PUB

CENTRO DE LINGUAS - SAMITO PROGRESS

INGLES PRATICO & INTENSIVO

RUA DA UDENAMO, Nº 201 R/C, MALANGA, CELL: 852568620 OU 844744311